

## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012 (nº 785, de 2011, na Casa de origem)

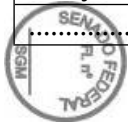
1

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001	Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012 (nº 785, de 2011, na Casa de origem)	Emendas do Senado
		<b>Emenda nº 1 – CCJ/CI</b> Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012, a seguinte redação:
	Obriga a construção e a manutenção de estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais.	Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, para determinar a obrigatoriedade da construção e da manutenção de estações de apoio a condutores de veículos de transporte de carga ou de veículos de transporte público de passageiros, no âmbito das concessões rodoviárias federais, e dá outras providências.
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:	
	<b>Art. 1º</b> Esta Lei altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, e dá outras providências, para obrigar o concessionário de infraestrutura rodoviária federal, inclusive de rodovia delegada a Estados, a construir e manter estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros.	
		<b>Emenda nº 3 – CAE/CI</b> Dê-se ao art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012, a seguinte redação:
	<b>Art. 2º</b> A Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:	<b>“Art. 2º</b> O art. 37 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IV:
<b>Art. 11.</b> O gerenciamento da infra-estrutura e a operação dos transportes aquaviário e terrestre serão	<b>“Art. 11.....</b>	



## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012 (nº 785, de 2011, na Casa de origem)

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001	Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012 (nº 785, de 2011, na Casa de origem)	Emendas do Senado
regidos pelos seguintes princípios gerais:		
.....	.....	
III – proteger os <b>interesses dos</b> usuários quanto à qualidade e oferta <b>de</b> serviços de transporte e dos consumidores finais quanto à incidência dos fretes nos preços dos produtos transportados;	III – proteger os usuários quanto à qualidade e <b>à oferta da infraestrutura e dos</b> serviços de transporte e dos consumidores finais quanto à incidência dos fretes nos preços dos produtos transportados;	
.....	.....”(NR)	
<b>Art. 37.</b> O contrato estabelecerá que o concessionário estará obrigado a:	<b>“Art. 37.</b> .....	<b>‘Art. 37.</b> .....
..... III – adotar as melhores práticas de execução de projetos e obras e de prestação de serviços, segundo normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, utilizando, sempre que possível, equipamentos e processos recomendados pela melhor tecnologia aplicada ao setor.	.....	.....
	IV – construir e manter, quando se tratar de infraestrutura rodoviária, <b>estações de apoio a condutores de veículo de transporte de carga ou de veículo de transporte público de passageiros</b> , localizadas às margens da rodovia, <b>preferencialmente nas imediações de posto de combustível</b> , e separadas entre si por no máximo 150 km (cento e cinquenta quilômetros), <b>das quais façam parte instalações, áreas e serviços destinados a abrigo, a descanso, a higiene, a alimentação, a obtenção de informações relacionadas à concessão, a comunicação telefônica e a estacionamento e reparação de veículos.</b> ”(NR)	IV – construir e manter, quando se tratar de infraestrutura rodoviária, <b>estações de apoio a condutores de veículos</b> , localizadas às margens da rodovia, separadas entre si por no máximo 150 km (cento e cinquenta quilômetros), <b>e que ofereçam serviços que garantam o conforto e a conveniência dos motoristas, de acordo com a regulamentação da ANTT.</b> ’ (NR)”
<b>Art. 82.</b> São atribuições do DNIT, em sua esfera de atuação:	<b>“Art. 82.</b> .....	
.....	.....	



## Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012 (nº 785, de 2011, na Casa de origem)

Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001	Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2012 (nº 785, de 2011, na Casa de origem)	Emendas do Senado
II – estabelecer padrões, normas e especificações técnicas para a elaboração de projetos e execução de obras viárias;	II – estabelecer padrões, normas e especificações técnicas para a elaboração de projetos e a execução de obras viárias, <b>nelas incluídas as das estações de apoio, mencionadas no art. 37 desta Lei;</b>	
.....	.....”(NR)	
	<b>Art. 3º</b> A obrigação prevista no inciso IV do art. 37 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, não se aplica aos contratos de concessão de rodovia vigentes na data de publicação desta Lei.	
	<b>Art. 4º</b> Nos instrumentos de convênio de delegação de rodovia ou trecho rodoviário firmados entre a União e o Distrito Federal, Estado ou Município, após a data de publicação desta Lei, deverá constar cláusula que exija o cumprimento da obrigação prevista no inciso IV do art. 37 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, no caso de a exploração da rodovia ou do trecho rodoviário ser concedida a pessoa jurídica ou consórcio de empresas, nos termos de lei federal.	
	<b>Art. 5º</b> Esta Lei entra em vigor após decorridos 60 (sessenta) dias de sua publicação oficial.	

